COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 728, DE 2019

Institui no calendário do Ministério da Educação o Dia Nacional de Políticas de Prevenção de Desastres Naturais e Calamidades Públicas.

Autor: Deputado DANIEL SILVEIRA

Relator: Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 728, de 2019, de autoria do Deputado Daniel Silveira, institui no calendário do Ministério da Educação o Dia Nacional de Políticas de Prevenção de Desastres Naturais e Calamidades Públicas.

Segundo o art. 2º do projeto, o Dia Nacional de Políticas de Prevenção de Desastres Naturais e Calamidades Públicas acontecerá, no mês de outubro, em data a ser instituída, anualmente, no calendário estudantil do Ministério da Educação, seguindo o que preconiza a agenda anual da Organização das Nações Unidas (ONU) quanto ao Dia Internacional para a prevenção de Desastres Naturais.

A Comissão de Educação aprovou a matéria, na forma de substitutivo, dispondo que as ações do Dia Nacional de Políticas de Prevenção de Desastres Naturais e Calamidades Públicas serão desenvolvidas no âmbito do SINPDEC: Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Vem, em seguida, a matéria a este Órgão Colegiado onde se lança o presente parecer.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições na forma do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A União tem competência – e essa é dividida concorrentemente, com os Estados e o Distrito Federal – para legislar sobre conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, nos termos do art. 24, VI, da Constituição da República, bem como proteger a saúde, na forma do inciso XII do mesmo artigo.

Todavia, o projeto, ao atribuir competência ao Ministério da Educação ofende o princípio da separação dos Poderes (art. 2º da Constituição da República). Eis por que é inconstitucional.

E, considerando a sua inconstitucionalidade palmar, deixo de examiná-lo no que toca aos demais aspectos de competência desta Comissão, quais são, a juridicidade e a técnica legislativa.

Passo, agora, ao exame do substitutivo ao projeto, o qual foi oferecido pela Comissão de Educação. Ao ver desta relatoria, esse substitutivo é plenamente constitucional, pois não agride o princípio de separação dos Poderes, ao prever que as ações do Dia Nacional de Prevenção de Desastres Naturais e Calamidades Públicas acontecerão no interior do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, já organizado em Lei (Lei nº 12.608, de 10 abril de 2002), e respeitando a autonomia dos entes federados.

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria do substitutivo em nenhum momento atropela os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídica.

No que toca à técnica legislativa e à redação, vê-se que o substitutivo observou as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, inclusive o dispositivo que recomenda incluir alterações em diplomas legais já existentes, se as inovações são de pouca monta (art. 12, III).

Haja vista o que se acaba de expor, voto pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 728, de 2019, e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo da Comissão de Educação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS
Relator

2019-17176